

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes do Centro Universitário Feevale procura, a cada edição da revista *Práxis*, propor a reflexão sobre temáticas que impactam os processos educativos de forma significativa, quando não determinantes. Assim foram as edições que abordaram diversos temas importantes relacionados aos desafios da educação contemporânea.

Nesta edição, escolhemos, no Colegiado de Cursos do Instituto, a temática “EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E TRABALHO”, pois entendemos que, como formadores de educadores, precisamos pensar e repensar permanentemente a realidade da juventude e do mundo do trabalho e suas correlações com os processos educativos. Essa também foi a temática de nosso último Seminário Internacional realizado em agosto de 2008.

Nesta publicação, além de aprofundar as reflexões sobre estas três macrocategorias das políticas sociais, pretendemos recolocar algumas bases filosóficas para o relacionamento na perspectiva de mudança de muitas práticas nos processos escolares. É muito triste, para não dizer inadmissível, constatar, ainda nos tempos atuais, afirmações como “o problema da escola, da educação e da relação professor-aluno são os jovens”, ou melhor, o **problema é o jovem aluno**. Essa visão é suficientemente reveladora de uma concepção equivocada de jovem. Equívoco refletido nos múltiplos conceitos e concepções sobre a juventude, a qual, historicamente, ora é tratada como *etapa problemática*, ora como *etapa preparatória para a vida*. Depois, o jovem é visto ainda como *ator estratégico de desenvolvimento*. Por fim, com o incentivo à participação política juvenil, surge o *protagonismo juvenil*. Porém, parece difícil compreender e respeitar o jovem como ser jovem.

A infância deve ser vivida e respeitada como infância. A juventude é juventude hoje e sempre, pois os jovens são seres e pessoas humanas de vida, carne e osso, com sentimentos e subjetividades, sonhos e desafios. Cidadãos e cidadãs com direitos e funções na

sociedade, que devem ser respeitados como existências e não como fases e projetos de futuro.

Atualmente, no Brasil, conforme recente estudo do IPEA, há 51 milhões de jovens com idade entre 15 anos e 29 anos, uma enorme nação, que enfrenta múltiplos riscos e problemas em seu cotidiano. Há elevada incidência de mortes por homicídios e acidentes de trânsito. Os homicídios correspondem a 38% das mortes juvenis, ao passo que 27% das vítimas fatais de acidentes são jovens.

Apenas 48% das pessoas entre 15 anos e 17 anos cursam o ensino médio, e somente 12% daquelas entre 18 anos e 24 anos estão cursando o ensino superior. Isso revela o significativo descompasso existente entre a idade e a escolarização dos jovens.

Por outro lado, chega a 18% a porcentagem de indivíduos entre 15 e 17 anos que estão fora da escola. Percentual que atinge **66% entre aqueles que têm de 18 a 24 anos**. Acrescente-se que a principal causa de abandono da escola, entre os homens, é o ingresso no trabalho e, entre as mulheres, a gravidez.

O desemprego é outro obstáculo cada vez mais grave para os jovens entre 15 e 29 anos, que já respondem por 46% do total de indivíduos nessa situação no país. A propósito, a razão do desemprego juvenil/adulto aumentou para 3,5% nos últimos anos. A qualidade da ocupação é outro problema sério - 50% dos ocupados entre 18 e 24 anos são assalariados sem carteira, portanto, uma relação de trabalho precária. Porcentagem que se mantém em 30% entre os que têm de 25 a 29 anos de idade.

Os desafios da juventude, dos que vivem do trabalho e dos educadores é imenso. Se esses são processos complexos, significa que precisamos lhes dar a atenção necessária, o cuidado pertinente, o tratamento do rigor acadêmico e a crítica filosófica imprescindível. É dever da escola e da educação, entre outras funções, no mínimo: 1º) preservar o patrimônio cultural produzido

pela humanidade; 2º) socializar o conhecimento já produzido para todos; 3º) ler e compreender a realidade; 4º) antever cenários futuros e 5º) contribuir com a transformação de realidades inaceitáveis.

E nós, educadores e instituições educativas, continuamos pregando, em nossas propostas e nos discursos acadêmicos, que esses jovens precisam estudar, ser competentes, empreendedores, competitivos o suficiente para serem os melhores, vencerem na vida através da dedicação pura e simples à escolarização e conquistarem um bom emprego. Induzimos os jovens em busca de um sonho que, não poucas vezes, não têm como realizar por razões de ordem internacional, da macroeconomia, das políticas equivocadas ou da ausência de um projeto que priorize a pessoa e o próprio jovem como centro de tudo e não os resultados ou produtos das contingências do mercado.

Pesquisas recentes têm demonstrado o distanciamento real entre a expectativa que desenvolvemos nos jovens, através da escola e da família, em relação ao sucesso profissional e aos ganhos salariais, e a não-efetivação e valorização social do que foi alimentado. A consequência é a profunda frustração dos jovens formados, cujos efeitos sobre sua auto-estima são arrasadores, pois, equivocadamente, o sucesso e o fracasso recaem sobre os indivíduos e não sobre a existência ou a ausência de um projeto de nação. Esse desencanto não pode significar apenas a frustração de uma classe social, neste caso, a classe média, mas precisa ser entendido de modo ampliado como frustração de um projeto nacional. Historicamente, as elites dirigentes têm negado e adiado ao conjunto da população esse projeto nacional, preferindo o título de país campeão em desigualdade social e medalhista na concentração de renda.

E, por último, a relação entre trabalho e educação é uma história de entrecruzamento, mesmo quando busca se distanciar e se diferenciar, ou mesmo quando se aproxima demais a ponto de surgirem propostas e defensores de que a educação precisa estar submetida aos ditames do mercado e da economia, ou que a educação, por si só, gerará riquezas, renda e trabalho para todos. Na verdade, essa relação é muito mais humana e pedagógica do que geralmente a instituição escolar consegue conceber e trabalhar. É uma relação que necessita ser recolocada, ressignificada, compreendida como direito básico da condição humana e valor constitutivo da natureza humana.

Porém, com as constantes transformações no mundo do trabalho, com o advento de tantas teorias pedagógicas e alternativas educacionais que indicam horizontes para a juventude, é necessário que, como educadores, sejamos capazes de ouvir, dialogar e construir perspectivas e propostas comprometidas com a ética, a política e com os sujeitos históricos e reais que interagirem conosco.

Nesta publicação, a partir de vários olhares e pesquisas, essas temáticas serão aprofundadas por autores especialistas e discutidas por todos vocês, leitores. Desejamos que os artigos aqui socializados complementem as reflexões que fizemos quando da realização do XI Seminário Internacional de Educação e que suscitem novas investigações.

Gabriel Grabowski

Diretor ICHLA